

b). Como consequência, não resulta possível definir com suficiente clareza uma fronteira agrícola entre o sul, supostamente enclave colonial neolítico, e o centro de Portugal.

Por outro lado, a ausência aparente de interação entre os grupos neolíticos e mesolíticos, evidenciada por há falta de evidências neolíticas cerâmicas domésticas e a ausência de registro de los recipientes de mesolíticos portugueses, é interpretada como evidência de um fenómeno de resistência que tenha perdurado entre idênticos ou quase idênticos, talvez um processo de incorporação em neolítico.

Por fim, de modo a mediterrânico-espanhol, um aspecto muito interessante e crítico do registro português é a ausência de elementos cerâmicos na Topografia Mediterrânica. No entanto, são encontradas algumas peças mesolíticas que afirmam a existência de um neolítico e que mostram algum resto (generalmente cerâmico) interpretável como resultado da interação entre ambos grupos.

Considerando estes aspectos, assim como a dificuldade teórica de argumentar uma fase de Susceção, dada a dificuldade de combinar as formas efémeras como proposta do modelo de Zvelebil, a agricultura e a casa, a resolução de um problema para um modelo general migracionista, que pode provocar um fenómeno de resistência, entre as populações mesolíticas, admitindo variações regionais em diferentes locais distintos locais.

Desde há pressupostos migracionistas aceitados por o autor, e que creio são hoje por hoje os mais plausíveis, o modelo necessita de um enclave colonial próximo e lejano em função do qual possam explicar-se os cambios observados em o registro.

Claramente, estes enclaves existiram em a Península Ibérica. Um exemplo recentemente publicado (Bernabau et al., 2003) do vale do Sorbe (Alentejo) creio que resulta suficientemente ilustrativo. Tal como o próprio autor da resposta se encontra em as regiões portuguesas não tratadas em o análise, bem al outro lado de a fronteira.

Comentário de João Luís Cardoso*

COLONIZAÇÃO, SIM, MAS COM INTERACÇÃO...

1. Convidou-me o autor do artigo em epígrafe para elaborar comentário sobre o mesmo, destinado a publicação no mesmo volume de "O Arqueólogo Português". Trata-se de prática inaugurada há cerca de vinte anos nesta prestigiada

* Agregado em Pré-História. Professor Associado da Universidade Aberta. E-mail: arqueolo@univ-ab.pt

revista que, entretanto, a abandonou. Tal situação compreende-se, tendo presente o limitado espaço de diálogo então existente na acanhada comunidade arqueológica portuguesa; por outro lado, as críticas facilmente resvalam para melindres pessoais, agravados por meios pequenos e pouco interactivos com outras formas de pensar e outras mentalidades.

A reactivação deste hábito salutar reflectirá, antes de mais, o espírito de independência, exigência e de qualidade a que deverá obedecer a investigação em Arqueologia, reflexo, afinal da existência de uma comunidade científica cada vez maior, e também desejavelmente mais e melhor informada. É já tempo de desprezar crispações pessoais – reflexo de um meio com ainda pouca massa crítica de qualidade – quando apenas ditadas por diferentes opiniões científicas livremente expressas e nos lugares próprios: só assim se alcançará a desejada maturidade científica na prática da disciplina. Foi, pois, com gosto que aceitei este convite – felizmente não faltando em Portugal quem o possa levar a cabo com mais autoridade – agradecendo-o, antes de mais, a quem o tornou possível.

2. O artigo de António Faustino Carvalho (A. F. C.) é um bom exemplo da qualidade que pode ser atingida pela discussão científica em Portugal. Aborda um dos temas que, nos últimos anos, tem motivado mais opiniões e desencadeado múltiplos esforços, com assinaláveis resultados, por parte de numerosos investigadores, de norte a sul do território português – entre os quais se conta o autor do artigo – dando continuidade a outros, como J. Soares, C. Tavares da Silva e João Zilhão: os resultados das suas investigações, a par das desenvolvidas por J. Morais Arnaud e V. S. Gonçalves, têm configurado vários modelos interpretativos para a génese do Neolítico no território português.

É, assim, possível e mesmo desejável, no estágio actual dos nossos conhecimentos, a apresentação de artigos de balanço e de síntese e discussão consequente desta importante temática, com base na rica informação coligida. Foi essa a tarefa a que se propôs A. F. C., cujo mérito é de louvar, a vários títulos. Primeiro, porque é utilizada uma linguagem simples, precisa e clara – que contraste com modos de escrever descuidados, “impressionistas”, falsamente rigorosos ou simplesmente pretensiosos, muitas vezes dissimulados em avalanches de números e quadros (que ninguém lê), que ainda subsistem na nossa literatura arqueológica! Depois, a discussão é apresentada de forma objectiva e factual, em que se apresentam dados e interpretações anteriores, sempre objectivamente discutidas e rebatidas, sem nunca extravasar o domínio da evidência empírica. A este propósito, importa sublinhar uma outra realidade nem sempre compreendida: é que, uma vez publicados, os dados de qualquer escavação ficam expostos e sujeitos à crítica de terceiros, sendo até para isso mesmo que servem as publicações

onde são divulgados. Caso contrário, só os próprios se poderiam manifestar sobre a validade do seu próprio trabalho, ou sobre a justeza das interpretações que dele obtiveram, o que equivaleria a constituírem-se em juízes de causa própria...

Depois de historiar as principais etapas no estudo do Neolítico Antigo em Portugal, o autor define os dois objectivos que se propôs atingir: i) a avaliação das cronologias disponíveis para a emergência do Neolítico, e ii) a caracterização económica específica do Neolítico Antigo, com base na evidência disponível sobre as estratégias de subsistência adoptadas, os quais se consideram claramente atingidos.

O autor detém-se, sucessivamente, na análise crítica da evidência empírica disponível, por regiões, não sem antes ter precisado as limitações do aproveitamento de datas radiocarbónicas, com base em argumentos tafonómicos ou paleobotânicos, essenciais para se compreender as razões da rejeição de datas por outros publicadas e valorizadas.

A definição dos limites geográficos das regiões seleccionadas – o Alto Douro, a Estremadura e a costa vicentina, sem dúvida as áreas-chave para a compreensão do fenómeno da neolitização no território português – foi igualmente rigorosa. Convém, a propósito, referir que A. F. C. é o único pré-historiador que se tem dedicado ao tema com escavações por si dirigidas e respectivas publicações nas três regiões em apreço, o que constitui, naturalmente, uma significativa mais-valia.

O artigo termina com discussão dos modelos adoptados por outros autores, designadamente o modelo do “enclave neolítico/colonização pioneira”, de João Zilhão; o modelo da continuidade cultural, preconizado por J. Soares e C. Tavares da Silva (ao qual é feita apenas referência, sem grande desenvolvimento) e o “Availability Model”, de M. Zvelebil, salientando dificuldades de aplicação do último face à evidência empírica recolhida, tanto na Estremadura como no Alto Douro (no que concerne à sua “fase de substituição”), como da costa vicentina, no respeitante à primeira daquelas fases, a “fase de disponibilidade”.

3. No que concerne ao Alto Douro, parecem concludentes as críticas apresentadas face ao modelo de continuidade Mesolítico/Neolítico, cuja penúria informativa é por demais evidente, visto apenas se basear numa única estação (Prazo). A reapreciação dos dados cronométricos disponíveis aponta nesse sentido; a descontinuidade cronológica, estimada em cerca de oitocentos de anos, tem expressão económica, visto os níveis neolíticos mais antigos da estação possuírem não só restos de ovinos e/ou caprinos, mas também rochas de origem alógena, inexistentes nos níveis mesolíticos, indiciando a intensificação económica então verificada. Por outro lado, A. F. C. sublinha o facto notável de provirem do

Buraco da Pala as únicas evidências directas de leguminosas (fava) e de cereais cultivados (trigo e cevada) do Neolítico Antigo do território português, para rebater argumentos que desvalorizam o papel da agricultura nas fases precoces do Neolítico Antigo regional. Com efeito, a manipulação da cevada, cereal particularmente adaptado às condições climáticas locais, que ali ocorre em percentagem dominante (61%), parece denunciar um conhecimento empírico suficientemente amadurecido no domínio da agricultura, incompatível com populações cuja economia assentasse no predomínio de simples práticas de caça/recolheção.

O início do Neolítico Antigo não ultrapassaria no Alto Douro o segundo quartel do V milénio a.C., como indicam as datas dos dois sítios referidos, descontando as que A. F. C. considera "inutilizáveis", por razões devidamente apresentadas, da Fraga d'Aia.

4. Quanto ao Maciço Calcário Estremenho, foi pena que o autor tivesse uma abordagem restrita daquela unidade lito-estrutural, limitando-se, na prática, às serras de Aire/Candeeiros, deixando de fora outras regiões nas quais o Neolítico Antigo se reveste de assinalável expressão e importância. É o caso da região da Cesareda, onde Nery Delgado, nos primórdios dos estudos de Pré-História em Portugal, explorou a gruta da Casa da Moura. A tipologia de alguns recipientes do Neolítico Antigo, recentemente identificados e publicados como tal, de fundo parabolóide e carenas altas adoçadas, com decorações incisivas e impressas, têm paralelos em exemplares do Alto Douro e da Beira Alta, tornando particularmente interessante a exploração desta realidade. Aliás, a presença de tais recipientes não se limita à referida gruta, visto ocorrerem, entre outras, na gruta do Carvalhal, Turquel (Alcobaça) – onde foram confundidos por M. V. Gomes, certamente por lapso, com cerâmicas da Idade do Bronze – e nas grutas do Correio Mor (Loures) e do Poço Velho (Cascais). Também a região oriental do Maciço Calcário – num critério puramente geológico e morfo-estrutural, que não geográfico, que foi o adoptado pelo autor – comportando a gruta do Caldeirão (Tomar), ficou por tratar, o que, no entanto não retira o mérito à inovadora análise de conjunto agora apresentada.

Alguns aspectos de pormenor merecem discussão: é o caso das estações mesolíticas referidas, do tipo concheiro da região de Rio Maior (Forno da Telha, Abrigo Grande das Bocas) serem conotáveis com populações dos concheiros de Muge, que ali teriam ocorrido em busca do sílex. Trata-se de afirmação que terá de ser confirmada através de análises petrográficas; uma apreciação preliminar macroscópica da utensilagem dali proveniente permite, talvez, atribuir a principal fonte de abastecimento do sílex dos concheiros de Muge a outras zonas, situadas

mais a jusante no vale do Tejo (Alenquer, Carregado, Ota, Santo Antão do Tojal, Runa), como, aliás, tinha sido preconizado por Carlos Ribeiro há mais de 120 anos e, mais tarde, por Rui de Serpa Pinto. A ocorrência, no Forno da Telha, concheiro escavado por Manuel Heleno na década de 1930, tal como no Abrigo Grande das Bocas, de uma indústria de geométricos com semelhanças com a recolhida no concheiro do Cabeço da Amoreira – designadamente pela presença de triângulos com espinha dorsal, os ditos triângulos de Muge” – bem como a idêntica cronologia de ambas as estações, não chega para se poder associar funcionalmente os dois locais. Seja como for, a cronologia do Forno da Telha é anterior, como reconhece A. F. C., à emergência do Neolítico na região, pelo que esta estação não pode ser invocada a favor de um povoamento sincrónico com as primeiras manifestações neolíticas. Muito frágeis são, também, por ora, as evidências invocadas por A. F. C. para ilustrar o povoamento mesolítico da região do arrife e, muito menos, a sua coexistência com as comunidades do Neolítico Antigo. Deste modo, parece ser de manter a hipótese de um efectivo despovoamento da região aquando da instalação destas últimas, condição que João Zilhão considerou como premissa à sua teoria da “colonização pioneira”.

5. A Costa Vicentina foi a terceira unidade de paisagem natural abordada por A. F. C. Foi também pena que não tivesse estendido a discussão do fenómeno da neolitização mais para Norte; a análise de recentes trabalhos dedicados a esse trecho litoral permitiria enriquecer esta síntese. Tendo presentes as datações radiocarbónicas mais modernas de contextos mesolíticos da região, obtidas nos concheiros de Rocha das Gaiotas (6890 ± 75 BP) e Armação Nova (6970 ± 90 BP), bem como os respectivos intervalos calibrados, para cerca de 95 % de probabilidade, apresentados no Quadro 1, verifica-se que nenhum deles se sobrepõe aos intervalos calibrados homólogos das estações neolíticas mais antigas da região, a Cabranosa (6550 ± 70 BP) e o Padrão (6440 ± 60 BP e 6570 ± 70 BP). Isto significa que, no quadro actual do conhecimento, não terá havido coexistência entre as duas populações, apesar da mesolítica ter imediatamente antecedido a neolítica na frequentação do mesmo território. Utiliza-se a palavra frequentação, e não ocupação com fundadas razões, aliás sublinhadas por A. F. C.: com efeito, para além de discretos, os testemunhos das presenças mesolíticas na zona, são de carácter evidentemente sazonal, correspondendo a uma determinada época do ano durante a qual se explorava intensivamente os recursos litorais. Isto significa que, por largas temporadas, a zona se encontrava de facto despovoada, eventualmente por anos, ou décadas a fio. Deste modo, facilmente se verifica o cumprimento da premissa “região despovoada” aquando da chegada das primeiras populações neolíticas à região, no âmbito da teoria da “colonização pioneira”. Acrescente-se que não consideramos essencial a verificação

deste preceito para a creditação da referida teoria, tendo presente o que se disse anteriormente sobre a demografia mesolítica da região.

Neste contexto, é incontornável a importância da Cabranosa na discussão do processo de neolitização da costa vicentina, e isso mesmo se encontra expresso no artigo em análise, quando A. F. C. se interroga (sem responder) face às múltiplas questões colocadas pelo conjunto artefactual dali publicado.

Com efeito, as evidências materiais ali recolhidas, demonstram a existência de uma presença humana compatível com um povoado ou acampamento-base de uma comunidade que, sediada no extremo sudoeste da Península Ibérica, praticava já um modo de vida plenamente neolítico. A par da recollecção de moluscos, encontrou-se ali a associação: pedra polida + animais domésticos (mandíbula de ovino ou caprino) + cerâmica, constituindo frisante exemplo do “pacote” neolítico em época primacial daquela etapa cultural.

Esta constatação impunha a realização de estudos mais desenvolvidos que os publicados em 1970 e 1981, por O. da Veiga Ferreira, sozinho ou em colaboração, na perspectiva da integração cultural da estação e do seu próprio significado, no contexto geográfico regional e supra-regional em que se insere, os quais foram já publicados, em 1998 e em 2003 por A. F. C., em co-autoria com o autor deste comentário.

O exercício comparativo efectuado permitiu concluir que a produção cerâmica (que inclui vasos cardiais produzidos localmente, ascendendo a 20% das formas identificáveis) se distingue, a vários títulos, das produções homólogas do Neolítico Antigo do litoral alentejano e da Andaluzia Ocidental, áreas geograficamente mais próximas, face às produções mais tardias do Neolítico cardial da Andaluzia Oriental e do País Valenciano, mais longínquas. Também ao nível dos conjuntos de pedra lascada se detectaram diferenças entre o material recolhido na Cabranosa e, de modo mais geral, os das estações algarvias, face à realidade conhecida das estações do litoral alentejano, na passagem do Mesolítico para o Neolítico.

Posta nestes termos a discussão, é forçoso concluir que a génese do Neolítico no litoral algarvio (de que é paradigma a estação de Cabranosa) parece ter-se ficado a dever à presença de grupos populacionais oriundos possivelmente da costa levantina da Península. De acordo com os argumentos anteriormente discutidos, estes grupos poderiam ter ocupado um território momentaneamente despovoado; mas a sua presença *ex novo* não se afigura incompatível com a sua imediata interacção com grupos mesolíticos que, esporadicamente, ainda frequentassem a região, designadamente os que se dispersavam mais para norte, ao longo do litoral alentejano. Com efeito, para existir a “osmose cultural” invocada por J. Soares e C. Tavares da Silva, no seu modelo da continuidade

cultural, teria naturalmente de existir um agente responsável por tal processo de transmissão (que não explicitam), o qual, no nosso entendimento, só poderá corresponder aos grupos, por pequenos que fossem, de colonizadores oriundos das costas mediterrâneas portadores de cerâmicas cardiais.

Em abono desta realidade, podem referir-se outras estações do litoral do barlavento algarvio do Neolítico Antigo, mas sem cerâmicas cardiais, que foram muito recentemente objecto de investigação e de datação, por parte de N. Bicho e colaboradores, imediatamente posteriores à estação de Cabranosa.

Mas é no litoral baixo-alentejano, a norte da costa vicentina, onde se recolheram cerâmicas cardiais como em Salema (Sines) e Samouqueira II (Odemira) associadas a outras cerâmicas não-cardiais que mais nitidamente se vê o resultado da interacção verificada entre neolíticos e mesolíticos. A estação de Vale Pincel I (Sines), cuja indústria lítica é de tradição mesolítica local, e onde alguns fragmentos cerâmicas são cardiais, faz parte deste conjunto; com efeito, as datações radiocarbónicas publicadas, com base em amostras de madeira carbonizada recolhidas em lareiras (e que por isso merecem credibilidade), são próximas das do Padrão e da Cabranosa, em torno de meados do VI milénio a.C., enquanto que as cerâmicas cardiais mais tardias do sul de Portugal poderão corresponder à datação obtida para os níveis basais do concheiro das Amoreiras, no vale do Sado, situado no primeiro quartel do V milénio a.C., onde J. Arnaud menciona a presença de diversos fragmentos com decoração cardinal, recolhidos nos níveis mesolíticos não remexidos do concheiro.

Assim, a produção local de cerâmicas cardiais poderá ter-se prolongado no tempo, desde meados do VI milénio a.C., até inícios do milénio seguinte, depois de o seu fabrico ter sido rapidamente assimilado pelas populações mesolíticas locais, encontrando-se associadas a cerâmicas decoradas não-cardiais, que constituem a larga maioria dos exemplares.

A rapidez dessa assimilação, reflexo da adopção da economia neolítica, poderá explicar a dificuldade de se identificar claramente a "fase de substituição" do modelo de Zvelebil. Assim, ao contrário dos concheiros do vale do Tejo, cuja interacção foi nula com as populações do Neolítico Antigo do Maciço Calcário, no litoral do Baixo Alentejo e nos concheiros do vale do Sado, as coisas parecem ter decorrido de modo distinto. Com efeito, a pujança e longevidade dos concheiros do vale do Tejo foi potenciada pelo isolamento geográfico e pelas condições particularmente favoráveis para uma vida estritamente caçadora e recolectora, em regime próximo do sedentarismo, oferecida pelo fundo do então vasto estuário do Tejo e áreas adjacentes, que dispensou, até muito tarde, a adopção da economia de produção neolítica.

Mas, como A. F. C. sublinha, não é apenas a "fase de substituição" a única dificuldade com que o modelo de Zvelebil se depara; também a própria delimitação

da "fronteira agrícola" inerente a tal modelo é problemática, subsistindo sazonalmente, no litoral meridional do país, o modelo de recolção mesolítico, exemplificado, entre outros, pelo concheiro do Neolítico Antigo de Medo Tojeiro, pertencente à segunda metade do VI milénio a.C., onde se recolheram cerâmicas e até um artefacto de pedra polida.

6. Assim, em conclusão, entendemos:

1 – que a génese do Neolítico no território português só pode ser explicada, como em qualquer outra região, através de dois processos: por descontinuidade ou por contacto ou interacção. No território português, o primeiro dos processos verificou-se, tanto quanto a escassez de dados permite concluir, no Alto Douro e no maciço Calcário, sendo na primeira daquelas regiões um fenómeno manifestamente tardio. No Maciço Calcário, a neolitização resultou da chegada de grupos, por via marítima. É notória a semelhança decorativa entre recipientes recolhidos na Galeria da Cisterna – sistema cársico do Almonda, caracterizados pelos seus motivos barrocos, e exemplares dos níveis basais da Cova de L'Or (Valência), como J. Zilhão bem evidenciou em estudo de 2001. Tal possibilidade é sublinhada pela semelhança de datas de radiocarbono obtidas em ambas as estações cerca dos inícios da segunda metade do VI milénio a.C.; daí não ser possível aceitar uma anterioridade da neolitização da costa vicentina, face à do Maciço Calcário, como é admitida por A. F. C., hipótese que não parece sustentável com base nos elementos cronométricos disponíveis;

2 – que a rapidez dessa deslocação por via marítima, quase instantânea em termos do registo arqueológico e, deste modo, impossível destrinçar pelos métodos actuais de datação, explica também o rápido processo de difusão ou osmose (expressões que consideramos equivalentes de "contacto" ou "interacção") entre populações neolíticas e as suas antecessoras mesolíticas. Este fenómeno, aplicável à costa vicentina e ao litoral baixo-alentejano, explica a antiguidade das cerâmicas, na maioria não-cardiais, de Vale Pincel 1 – estação onde se nota uma forte tradição mesolítica no talhe do sílex – cujas datas radiocarbónicas são idênticas às dos contextos cardiais mais antigos do território português, de que é paradigma a Cabranosa, onde tal tradição do talhe do sílex se não verifica. Estar-se-ia, pois, em condições de considerar a Cabranosa como constituída por grupo forâneo, idêntico aos que, na mesma altura, interagiram, mais a norte, no litoral alentejano com as populações mesolíticas locais, de que resultaram estações como Vale Pincel 1. Trata-se de realidade muito próxima da definida recentemente por Samuel van Willingen para o Neolítico Antigo do Midi francês e litoral mediterrâneo da Catalunha e do país valenciano; segundo ele, as estações com cerâmicas cardiais (grupo Cardial), com provável origem na região tirrena (também admitida por J. Zilhão como área de origem da neolitização do

litoral português), conviveram longo tempo, mas em espaços distintos, com outras estações em que não ocorrem cerâmicas cardiais, substituídas por outras, com distintos motivos e técnicas decorativas: trata-se do grupo Epicardial, caracterizado por decorações predominantemente de sulcos incisos e puncionada, organizadas em diversos motivos, tal qual se verifica nas estações do Neolítico Antigo do Alentejo litoral, como Vale Pincel 1. Nesta estação – a única da região com elementos cronométricos – a presença esporádica de fragmentos cardiais, terá resultado, repetimos, de um processo de interacção com as populações mesolíticas locais em via de neolitização, exactamente o mecanismo preconizado por van Willingen para a área que estudou, onde encontrou a mesma realidade (sítios mistos).

Em síntese, para o território português, o nosso ponto de vista sobre o processo de neolitização é indissociável, afinal, do comentário ao trabalho de A. F. C. e resume-se singelamente assim: colonização, sim, mas com interacção.

O artigo de A. F. C. teve, pois, o mérito de, nuns casos, apresentar respostas e, noutros, suscitar discussão sobre esta apaixonante temática, mas sempre de forma concisa e rigorosa, crítica mas não-especulativa, cujo mérito e oportunidade merece ser destacada.

Sesimbra, Páscoa de 2004

Comentário de João ZILHÃO

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACERCA DO MESOLÍTICO DO INTERIOR PENINSULAR E DO MODELO DE PASSAGEM AO NEOLÍTICO ATRAVÉS DE COLONIZAÇÃO PIONEIRA POR VIA MARÍTIMA

Das diversas questões tratadas no artigo de A. F. Carvalho duas há que, pelas suas implicações, me parece justificarem um tratamento mais aprofundado, para o qual aqui deixo um primeiro contributo. A primeira questão é sobretudo de natureza empírica e diz respeito à eventual existência e natureza de um povoamento mesolítico das Mesetas e regiões adjacentes e a segunda questão é de natureza mais teórica ou metodológica e diz respeito aos critérios de rejeição do modelo de colonização pioneira que tenho vindo a propor para o Neolítico das regiões do litoral centro e sul do país.

¹ Departamento de História, Faculdade de Letras de Lisboa. E-mail: joao.zilhao@netcabo.pt

Este trabalho foi redigido durante uma estada na Universidade de Colónia ao longo do ano lectivo de 2003-2004, no quadro de um Prémio de Investigação da Fundação Humboldt.